

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.  
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélío Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da da 39.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 10 de Maio de 1972

(Quarta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Arizone Araújo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basilio Zanusso; Borsari Neto; Candido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; João Mansur; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Mauricio Fruet; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima; Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Hélio Manfrinato; Igo Losso; João Fadel; Jorge Sato; Pinto Dias; Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA;

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n.º 28-72. Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 102-69, de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, acresce da alínea que especifica o Artigo 3.º do Decreto n.º 17.171 de 19 de fevereiro de 1.965. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para amanhã, dia 11, às 14,00 horas quinta-feira com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n.º 29-72.

Levanta-se a sessão.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 40.ª Sessão Ordinária

Realizada em 10 de Maio de 1972

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Mansur, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Kruger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Pinto Dias e Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E :

## REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução n.º 3-72 e de Lei n.º 13-72.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, tomando em consideração que o Projeto de Lei n.º 13-72, oriundo da Mensagem Governamental n.º 2-72, propondo a criação do Conselho de Contribuintes,

além de ser uma das leis complementares arroladas na Constituição (art. 26, § único), portanto de caráter especial, a matéria nele versada, por sua magna importância, merece cuidadoso e profundo exame.

Ora, as comissões técnicas permanentes, estão já absorvidas no trabalho regular e rotineiro, dentro das respectivas competências. De sorte que, dificilmente poderiam dedicar-se com exclusividade, pelo tempo que fosse necessário, ao estudo da referida Mensagem.

Essas reflexões fizeram acudir ao espírito do signatário a idéia da constituição de uma Comissão especialmente formada por Deputados eventualmente mais interessados ou vinculados à área fiscal de nosso Estado, a fim de que, sem as limitações do funcionamento regimental das outras comissões, a matéria passe pelo crivo deste Poder, como é de se desejar.

Isto posto, requiro a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco (5) membros, destinada a estudar e opinar sobre a matéria acima focalizada.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1972.

(a) Antônio Lopes Júnior

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos um voto de congratulações Senhores Diretores que compõem a atual Diretoria da COPEL, de vez que se concretizou a tão almejada extensão de energia elétrica ao Município de Bituruna.

Acontecimento este, que além de proporcionar regozijo à população, virá assegurar o aceleramento do desenvolvimento das atividades agro-industriais e determinando, desta maneira, o progresso a curto prazo desse Município.

Outrossim, solicita seja dado ciência aos interessados do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1972.

(a) Domicio Scaramella

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares Requer, se registre na Ata dos trabalhos de hoje votos de aplausos ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça por ter S. Exa., recolocado o problema de Redivisão Territorial do País, na sua pauta de preocupações imediatas.

Extinção de pequenos Municípios, sub-divisão de grandes Estados, agrupamentos de pequenos Estados da Federação, transferências das Capitais dos grandes centros, são medidas que realmente o País necessita tendo em vista seu desenvolvimento.

Realmente, agora o Brasil passa pela Grande Reforma, sempre demagogicamente apregoada no passado e somente hoje implantada, graças ao arrojo e patriotismo da grande equipe formada pelo Presidente Emilio Médici. No entanto, necessário se faz S. Exa., inclua em sua pasta de preocupações urgentes, a sugestão já aprovada por esta casa, Eleições Gerais de 5 em 5 anos, a partir de 1.957, com permissão para reeleição de Presidente e Governadores.

Somente desta forma, a fabulosa equipe do Presidente Médici, teria condições de implantar a Grande Reforma, que o País necessita.

Requer, outrossim, após aprovação deste, se oficie aos Exmos. Senhores Presidente Emilio Garrastazu Médici e ao Exmo. Sr. Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1.972.

(a) Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "Diário Popular", editado em Curitiba, traz em sua primeira página, na edição de hoje, um assunto que diz respeito diretamente aos altos interesses da região Norte paranaense que, com muita honra, representamos nesta Casa ao lado de valerosos outros companheiros tanto do nosso Partido como do Partido da situação.

O assunto é com respeito a ausência do Paraná na Diretoria do IBC. Nossa Estado, apesar de ser o maior produtor de café do mundo não conta, para tristeza dos paranaenses, com nenhum representante na Diretoria do órgão cuja finalidade é representar os altos propósitos e os sagrados interesses da cafeicultura.

Referendo, e nos solidarizando com este movimento pela participação do Paraná no IBC, gostaríamos de ler um trecho da reportagem que é a seguinte: (lendo)

"Paulistas tomaram conta de tudo: Pela primeira vez o Paraná sem Diretoria no IBC".

"O Instituto Brasileiro do Café, agora sob o domínio total da cafeicultura paulista, e mantendo em posições chave felizardos diretores, que tratam de tudo, menos de cuidar do Estado que mais merece apoio, por ser o maior produtor de café do Mundo, pensam que podem impunemente, agir em prejuízo do Paraná, como se fossem donos do País.

Fazemos questão de frisar ser essa a primeira vez, nos últimos dez anos, que fica o nosso Estado, ausente de qualquer função no IBC, e por não possuímos ninguém na cúpula, acontecerem os fatos que a Nação está acompanhando, estupefata.

Anunciam-se bombasticamente benefícios, convênios, auxílios a muitos Estados, logicamente merecedores da atenção oficial, mas inexplicavelmente o Paraná, vem sendo excluído, ficando em plano secundário, trazendo revolta, e surpresa por esse tratamento injusto e imerecido.

Haverá algum interesse da parte da atual Diretoria do IBC, em hostilizar o Paraná? Não podemos compreender quais as razões de tais atitudes. Respeitamos a pujança de São Paulo, mas queremos também que haja respeito ao nosso Paraná, ultimamente, tão sofrido e sacrificado.

Esperamos que as autoridades levem ao Poder Central, a reivindicação de direito, pois é negável merecermos situação de destaque no cenário na-

cional, notadamente no IBC, pois continuamos sendo, queiram ou não, o Estado, que mais divisões dá na exportação de café.

Este artigo do "Diário Popular" é digno de louvor porque nosso Estado é o produtor da rubiácea que tem carreado para o Brasil a mais importante fonte de divisas. Não há razão e nem justificativa para esta omissão. O Paraná sempre foi prestigiado na esfera federal, ora com Ministros aqui do Estado e principalmente o Presidente do IBC, normalmente, era escolhido entre os homens vinculados à cafeicultura paranaense.

No momento, o Presidente do IBC é de São Paulo e, como dissemos, sem razão de ser toda a Diretoria do IBC é estranha ao Paraná, e isso é evidente, causa embaraços àqueles cafeicultores que procuram o IBC em busca de atendimento às suas reivindicações. É interessante que as autoridades de cúpula federal reconheçam o destaque que o Paraná sempre mereceu, colocando também na diretoria do IBC um paranaense ligado à cafeicultura. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Venho à Tribuna neste Pequeno Expediente tão somente para fazer um apelo a S. Exa. o sr. Diretor Geral do Departamento de Trânsito, Engenharia-Arquiteto Marcos Prado; pedir a S. Exa. que faça inspirar uma nova filosofia aos seus guardas de trânsito, porque infelizmente, parece que pelo menos aqui na Capital, o que se verifica, é que os guardas estão tomados de uma atitude de apenas multar, multar. Há poucos dias, o colunista Dino Almeida, da "Gazeta do Povo", fez reclamações a este respeito.

Quero também dar o meu testemunho. Há poucos dias na Rua Sen. Alercar Guimarães, estava estacionada uma caminhonete descarregando material de construção, cujos construtores, cujos pedreiros, estavam ali trabalhando. Pois bem, no instante em que eu passava em frente a esta caminhonete, o motorista interpelava do guarda que o estava multando. Perguntei porque o senhor está multando? — É que aqui é permitido só até às 10 horas, são 10,10. Teve o motorista que interromper a descarga da caminhonete porque passaram dez minutos, para retornar no dia seguinte.

É uma filosofia que precisa mudar. Obrigado. — (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Por duas vezes, que ocupamos ultimamente esta Tribuna, gerou-se verdadeira celeuma dentro desta Casa. Uma delas, foi quando pretendíamos a transferência da Capital para Campo Mourão, lá no interior do Estado. A outra vez não houve celeuma mas houve denominações em toda a imprensa nacional, quando apregoávamos através do requerimento que encaminhamos à Mesa desta Casa e aprovado pelo Plenário, eleições gerais de cinco em cinco anos. Várias denominações foram dadas a este meu ponto de vista, "prorrogação ou dilatação de mandato", mas em resumo, o que se pretendia era realmente a pacificação, a harmonia política. O que pretendíamos era justamente o que fora já feito no passado, no Brasil. Porque o Brasil, após o novo período de uma ditadura aberta, de 30 a 45, teve um pequeno período de progresso, de paz, de harmonia e desenvolvimento, quando implantou em 45 como em 50, eleições gerais, com intervalo de cinco anos.

Assim é que nós tivemos em 45, eleições gerais; em 50, eleições gerais.

Muito bem, nestas duas teses nós sentimos, de certa forma inspirados pelo próprio Ministro da Justiça e também na tese que hoje iremos abordar. Vimos em vários jornais, um deles do Paraná, e inclusive no jornal "O Estado de São Paulo", a ideia de S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça pretendendo uma redivisão dos Estados Brasileiros. O assunto talvez venha a provocar debates e quem sabe, até ferir melindros. No entanto, aqui estamos e não pretendemos recuar em nosso ponto de vista.

O Brasil de hoje não aceita mais medidas paliativas ou projetos tímidos. Precisamos de coragem, de arrojo nas lutas. Felizmente nosso País, navega em mãos firmes e seguras, conduzido por homens que sabem o que querem e acreditam no que fazem. A natureza quando nos legou esta pátria colossal foi pródiga, foi arrojada, foi farta. Não sejamos nós, os brasileiros, os herdeiros deste grandioso País, os eternos incapazes ou descrentes. Se faz necessário que nos concientizemos da importância e da grandeza de nossa Pátria, e necessário também se faz que medidas arrojadas e atitudes másculas e patrióticas sejam adotadas.

Há dias passados quando produzimos fossem marcadas eleições gerais em nosso País, de 5 em 5 anos, a partir de 1.975, parecia que toda a casa iria ruir; no entanto a ideia frutificou e toda a imprensa nacional hoje comenta o assunto em sua maioria opinando favoravelmente. Hoje no entanto, nossa tese é outra, também arrojada, também empolgante partindo de um cidadão que ama, estima, respeita e principalmente acredita em sua Pátria.

Hoje pretendo vos falar em surgir uma Redivisão Territorial no País. Sim, Senhores, repito; ao final de meu pronunciamento pretendo encaminhar requerimento ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça sugerindo nova Divisão Territorial em todo o País. Não se trata de uma ideia nova; muitos brasileiros já tem se preocupado com o assunto, no entanto, não se tem dado a importância que o caso requer. Os vastos processos, em vários setores da administração federal, circulam de gaveta em gaveta e periodicamente recebem um dado novo ou são consultados pelos geógrafos menos avisados ou mais românticos. Há dias passados, a "Gazeta do Povo" noticiou que o Ministro da Justiça realmente recolocou o problema na sua pauta de preocupações imediatas e um porta-voz governamental disse que uma nova distribuição Político-Territorial do Brasil seria realizada para promover a integração de todas as áreas no processo de desenvolvimento nacional. A nova política do interior do País pretenderá tornar necessária a alteração Geo-Política visando dois objetivos no processo de desenvolvimento, a posse efetiva do território nacional e o desenvolvimento econômico da região.

O tema da redivisão territorial está em debate desde a primeira divisão básica; José Bonifácio e outros brasileiros ilustres já debatiam o assunto logo após a declaração de Independência, levando em conta o processo de desenvolvimento.

"A ocupação de áreas várias de nosso território é um problema de segurança nacional. Felizmente, hoje todo o País aplaude o Presidente Médici

pela sua gigantesca obra, a Transamazônica, em tão boa hora e com tanto arrojo e amor pátrio iniciada.

Não obstante medidas outras deverão ser tomadas. O grande Estado do Amazonas teria que ser dividido em vários Estados menores, a fim de se permitir a sua administração mais eficiente e efetiva, assim como Mato Grosso e outros. No entanto a extinção de vários pequenos Estados que seriam agrupados, surgindo um terceiro economicamente mais forte.

Por exemplo, os pequenos Estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, formariam um só Estado que, segundo os estudos existentes, teria o nome de São Francisco.

Aqui no Sul, a modificação mais importante seria a fusão dos Estados do Paraná e Santa Catarina, surgindo o Estado do Iguaçu. Neste caso a própria ideia nossa de transferência da Capital teria que sofrer modificações, pois a nova Capital do Estado do Iguaçu, seria em Cascavel ou Pato Branco.

Aplaudimos, também, nesta oportunidade, a extinção dos pequenos Municípios. Sabemos que o Governo Federal pretende extinguir os pequenos Municípios que não possuam condições próprias de sobrevivência.

Assim, Srs. Deputados, que vimos amparo à tese que pregamos há dias passados, com a preocupação de S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça, quando coloca em sua Pasta de assuntos prioritários, a re-divisão dos Estados no País.

Então perguntaria: se realmente S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça pretende — o que achamos justo, normal e natural — uma redivisão dos Estados brasileiros, perguntaria aos Srs. Deputados como isto seria possível sem extinguir ou cassar mandatos? Daí percebemos, nas entrelinhas do que lemos, que realmente devem estar também na pauta, eleições diretas para 75, porque somente seria possível após o término dos mandatos de todos os governadores e de todos os Deputados, com eleições gerais marcadas para 75. Só desta forma e sem ferir direitos, muito embora tenha o Governo o remédio ou a arma necessária para tal. Mas queremos aplaudir S. Exa. o Presidente da República, que não tem feito uso dela, pelo contrário tem ouvido as Assembléias e as Câmaras.

Então, desta forma, nós só acreditamos que esta grande reforma, aquilo que nós acreditamos ser um complemento de tudo isto que tem sido feito pelo Presidente da República, só seria possível — como dissemos e repetimos — com uma proposta oriunda da Presidência da República, marcando eleições gerais para 1.975, em períodos de cinco em cinco anos, com mandatos, portanto, de cinco anos. Isto daria a esta equipe, que aí está formada pelo eminente Presidente Médici, condições para que ele pudesse fazer deste Brasil o que a própria natureza fez, que é o grande País, hoje respeitado em todo o mundo.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente, nobre Deputado, a proposição de V. Exa. no que tange a redivisão territorial de nosso País, como bem V. Exa. esclareceu, da Tribuna, é assunto que vem sendo objeto de estudos há algum tempo. Só me parece, atualmente, um tanto impróprio falar-se em redivisão, porque isso presume a existência de uma federação que, normalmente, não existe em nossa terra. Embora esteja prevista, legalmente, uma federação. Digo isso porque os Estados estão totalmente sob intervenção, e o Governo faz o que bem entende. Quanto ao reestudo das eleições gerais no País, para o prazo de cinco anos, ou melhor, que nossos mandatos tenham a duração de cinco anos, apenas queria dizer a V. Exa. que concordo com o exame da matéria, sempre que ele for posto em termos de interesse, de democracia, de aprimoramento de nossas instituições. Mas, a argumentação que V. Exa. usa para defender seu ponto de vista, é que propiciaria a continuação da equipe que aí está. Entendo que o nosso País tem oportunidade, sempre, de apresentar boas equipes para administrá-lo. E a democracia consiste em proporcionar a oportunidade para que as equipes se revezem.

Portanto, não creio, nobre Deputado, seja o melhor que temos para oferecer. Pode ser bom, mas temos também condições de arranjar outras equipes em condições de administrar, e muito bem, o nosso País.

Aceito, em tese, o exame da proposição de V. Exa. Apenas refuto o argumento em que V. Exa. se apoia para enunciar-lo à Casa, nesta tarde.

Meus agradecimentos pela gentileza de V. Exa.

O SR. PAULO POLI — Agradeço sensibilizado o aparte de V. Exa. Apenas desejo fazer uma pergunta, V. Exa. poderá não responder se assim o desejar, para complementar meu raciocínio: Eminente Deputado Sebastião Rodrigues, V. Exa. que hoje pertence a este glorioso Partido da Oposição, o MDB, naturalmente militou, anteriormente, em algum outro partido político. Eu perguntaria a V. Exa.: antes do MDB, em que partido teria V. Exa. militado?

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Respondo à V. Exa. que minha primeira filiação partidária foi nesse Partido que V. Exa. chama, bondosamente, de glorioso, mas que, na verdade, possui tão poucas glórias como — permita-me V. Exa. dizer — o próprio Partido de V. Exa. A época não era para partidos gloriosos, ao contrário, devo dizer a V. Exa. que minha carreira política é muito curta. Filiei-me seis meses anteriormente às eleições, para concorrer à deputado estadual, e o fiz pelo Movimento Democrático Brasileiro. Antes, não tinha vínculos políticos materializados com partido algum.

Se era este o esclarecimento que V. Exa. pretendia, está dado. Foi a primeira vez que me filiei a um Partido político.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte e o esclarecimento de V. Exa. Mas, V. Exa. haverá de convir comigo que a maioria dos homens, hoje, filiados ao MDB, anteriormente eram filiados ao extinto Partido Trabalhista Brasileiro.

Quase todos os homens que pertenciam ao PTB pertencem hoje, ao MDB; não há demérito nenhum nisto.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas queria dizer que a direção do Partido a que pertencio atualmente, a alta cúpula, talvez a do Partido que V. Exa. pertence são oriundos do extinto Partido Trabalhista Brasileiro.

Para que não pense que pretendo fazer restrições ao ex-PTB devo dizer que, embora não fosse filiado ao PTB e a nenhum outro Partido, dirigia minhas simpatias àquele Partido, o que faço questão de proclamar agora.

O SR. PAULO POLI — Já me ocorreu que, numa eleição que não conseguisse vencer, como candidato da UDN, fui apoiado pelo extinto PTB, o qual teve minha simpatia.

Apenas a história se repete. O Brasil teve uma ditadura plena, hoje estamos no estado de exceção. Não é ditadura plena e não é democracia plena. O Brasil já viveu no estado de ditadura plena de 30 a 45. Daí para cá

passou por uma fase de progresso com a implantação da indústria automobilística.

Tão logo o ex-Presidente Vargas entregou o Governo em 1945, eleições foram marcadas com o mandato de cinco anos. Votei nos anos de 45 e de 50. Lembro-me que em 50 era uma dificuldade votar-se em razão do grande número de cédulas para colocar-se na urna. Tinha-se que votar para Presidente, Vice-Presidente, Senador, Prefeito, Vereador. Devemos aplaudir o extinto Presidente Getúlio Vargas que entregou ao Brasil este processo de democracia plena que, infelizmente, os políticos não souberam conservar.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Aceito o exame da proposição, não há dúvida que ela merece estudos, porém recuso o argumento básico em que V. Exa. se fundamentou com relação a mesma.

Quanto ao Presidente Vargas quero, apenas, fazer uma correção histórica. Ele não entregou a democracia e nem entregou o Governo; tiraram o Governo dele. É uma correção histórica, porque não acredito em liberdade dada, acredito em liberdade dada, liberdade concedida.

O ex-Presidente Vargas não deu liberdade a ninguém, não entregou o Governo a ninguém, foi deposto do Governo e a liberdade foi conquistada pelo povo, ela se deve ao povo brasileiro e não à generosidade do Presidente Vargas — que possui inúmeras virtudes, que reconheço, mas, possui alguns defeitos que eu não posso, apesar da minha admiração pelo ex-Presidente por tudo aquilo que ele representou para o nosso País, negá-los, porque isto é evidente para todos os brasileiros.

O SR. PAULO POLI — Se erro há é apenas de data, porque Getúlio Vargas entregou o País em regime democrático, porque em 1950 Sua Excelência foi eleito pela vontade do povo, e em 1955 entregou pacificamente o País!

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Eu talvez esteja equivocado, creio no tanto que é V. Exa. quem o está, eis que, se não me engano, o Presidente morreu em agosto de 1954 — não poderia ter entregue o País, democratizado, em 1955!

O SR. PAULO POLI — De fato, V. Exa. tem razão, aí falhou-me a memória.

Realmente, Sua Excelência faleceu, ou suicidou-se. Apenas um reparo: que o ex-Presidente Getúlio Vargas teve oportunidade para implantar uma ditadura e assim não o fez, preferiu suicidar-se, o que dá na mesma coisa.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Paulo Poli, solicitei este aparte, para que a discussão volte em torno do assunto principal que trouxe V. Exa. a essa Tribuna e que nos delicia nesta tarde, com uma bela exposição.

Na verdade estou com V. Exa. Não só o Brasil, mas especialmente o Estado do Paraná precisa efetivamente de uma nova distribuição político-administrativa. Com o rasgar de novas estradas, com o vertiginoso aparecimento demográfico em certos vilarejos, o panorama físico do Estado modificou-se. Estas modificações exigem uma nova divisão administrativa; distritos que ficavam distantes de um certo município, hoje ficam perto. Mesmo na minha região — região de Irati — nós temos esse exemplo: lugares onde antes existia uma estrada, pertenciam ao Município e continuam a pertencer, mas que, com estas estradas ficavam próximos de uma cidade grande e distantes da sua sede administrativa.

O SR. PAULO POLI — Muito obrigado, nobre Deputado Antônio Lopes Júnior.

Eu vejo que V. Exa. sentiu bem a delicadeza e a importância deste problema.

É do conhecimento da maioria dos Deputados desta Casa, que entre outras tantas lutas que tive em minha vida, quando formava em Campo Mourão uma fazenda de café, como agricultor, talvez uma das primeiras fazendas de café que surgiu na região, nos primeiros anos desta cultura houve uma grande geada, que arrasou por completo com a minha lavoura; em função disto, nobre Deputado, eu tive que transformar a minha aeronave que era de turismo em serviço de táxi aéreo, adquirindo outras tantas formandou uma empresa de transportes aéreos. No exercício dessa função, nobre Deputado Lopes Júnior, aprendi a olhar de cima e a cruzar, de canto a canto, este nosso grandioso e fabuloso País; quanto mais eu sobrevoava os sertões de Mato Grosso, principalmente o Norte de Mato Grosso, mais amava, admirava e respeitava esta nossa Pátria. Então este sentimento cada dia calava mais em minha alma e em meu coração. Quem sabe, brasileiros outros não tiveram a oportunidade que eu felizmente tive de cruzar os céus do Brasil, levantando altas horas da madrugada para naquela minha luta, quase que diuturna, porque não fazíamos vôos noturnos, mas decolávamos com o escuro, eu aprendi a medir palmo a palmo este nosso grandioso, este nosso fabuloso País. Então daí, eu associava as minhas duas funções a de piloto e a de agricultor.

Se como piloto eu me atinha à rota a seguir, como agricultor eu desfrutava a paisagem e a exuberância das terras brasileiras; aprendendo a amar muito bem esta nossa querida Pátria.

Então, gostaria, nobre Deputado Antonio Lopes Jr. que outros brasileiros sentissem a intenção, sentissem o desejo, sentissem a vontade, sentissem o patriotismo, o arrojo do Presidente Médici, quando abre esta estrada, a Transamazônica. Agora, veja, nobre Deputado, se é possível administrar-se o Estado do Amazonas, um Estado com quase dois milhões de quilômetros quadrados, quando temos no Rio Grande do Norte, que é um Estado pequeno, as mesmas despesas que se fazem para administrar aquele pequenino Estado, as mesmas equipes, as mesmas secretarias, teriam que ser instaladas neste outro grande Estado. É uma desproporção, hoje, quando o homem já vai para Marte, quando pretende ir inclusive em outras galáxias, nós brasileiros ainda não tomamos conta, não conhecemos a nossa própria Pátria, portanto, se reformas estão sendo feitas, esta é a mais necessária. E se oportunidades existem, esta é a única porque eu entendo que o AI-5, não foi criado somente para cassar mandatos, se bem que foi necessário, se bem que foi utilizado, mas eu penso que este ato Srs. Deputados, deve ser usado também num sentido mais benéfico, mais construtivo, por exemplo, na implantação de novos Estados. Nova Constituição é claro, teria que ser feita, porque novos Estados seriam criados, e eu só poderia entender nobre Deputado, a efetivação, a concretização disto que pregamos, se fossem de fato marcadas eleições, repito e porque temer, em 1975. Porque em todo o ano de 74 o governo, sem ferir melindres, sem ferir mandatos, sem ferir direitos, teria a oportunidade, de fazer todas estas modificações, para as quais o amanhã será tarde.

Hoje, eu a reputo difícil, amanhã impossível. Eu perguntaria a V. Exa.

que honestamente iria me responder, é possível que um cidadão com todas as formas que temos hoje, de facilidade de comunicação, de transporte, mas com as dificuldades que a selva amazônica nos apresenta, é possível um cidadão em sã consciência, atender aos quatro recantos do Estado do Amazonas.

Vê nobre Deputado, que nós vimos, que nós lemos, porque isto não é idéia nossa, é uma idéia antiga. Apenas estamos falando desta Tribuna, para que o País entenda que as autoridades que estão tomando timidamente esta iniciativa, vejam que no Paraná, existem homens que sabem o que querem, que acreditam naquilo que fazem. Homens como V. Exa. que tem levantado daqui da Tribuna teses que reputo as mais importantes, V. Exa. que é um homem público, um homem que depende do mandato popular, tem vindo aqui desassombradamente, quantas vezes, combater certos métodos da mocidade, esta marria de tóxicos e tantas outras coisas V. Exa. tem sido aqui imbuído assim, pelo espírito de brasileiro de chefe de família, sem sequer pensar em sua eleição. Homem que pensa e age desta forma, Deputado, merece de fato a cadeira que ocupa aqui. Parabéns-me com V. Exa. pelos pronunciamentos que tem feito aqui com profundidade. São pronunciamentos desta forma, atitudes arrojadas que nos dão coragem, que fazem com que sintamos este grande Brasil mais de perto.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — Ilustre Deputado Paulo Poli, agradeço sensibilizado as suas palavras, no que diz respeito à minha pessoa, quero não deixar passar a oportunidade em que V. Exa. emocionadamente, desta Tribuna, falando da sua atividade de piloto, sugeriu-me estas palavras que eu as profiro também, com a mais profunda admiração por todo aquele que voa, que não tem a mentalidade bitolada mas que conhece o panorama integral da Nação brasileira.

Aqueles que andam de automóvel, não tem oportunidade de ver os dramas, as glórias, os sofrimentos e as alegrias de uma cidade, nem da zona rural. A gente passa de automóvel rapidamente e vê um pedaço de rio, um pedaço de uma ponte, uma árvore que desapareceu numa estrada; um milharal; uma pequena vila.

E na cidade passamos em frente a um grupo e vemos apenas uma parcela e vemos 4 ou 5 garotos que saem da escola; e vemos um pedaço do hospital e vemos um edifício. Mas, aquele que anda de avião; aquele que pilota; aquele que for andando pelo ar e olhar para baixo, tem um só relance olhar o pano o panorama inteiro de uma cidade; de uma vila, de um lugarejo. Vê ao mesmo tempo a cidade com suas escolas, se movimentando; com seus hospitais, com suas fábricas. E não só a cidade, vê também a zona rural trabalhando para alimentar as cidades. E com esta visão integral, passamos para a vida pública brasileira.

Quero, mais uma vez, apresentar a V. Exa. os meus parabéns.

O SR. PAULO POLI — Muito obrigado, Deputado Antônio Lopes Júnior.

Durante o aparte de V. Exa. recordava-me até de um caso pitoresco. Veja nobre Deputado Antônio Lopes Júnior que o nosso País, de região para região, oferece panoramas completamente diversos. A riossa floresta, nobre Deputado no instante em que nos aproximamos da Bacia Amazônica, torna-se verdadeira floresta gigante. Numa ocasião, nobre Deputado, eu acostumado que sou, a medir com um olhar, uma pista, e sei neste relance de olhos se ela tem condições para decolagem, quase cometi um grande desastre.

Estava em meu aparelho — uma pessoa eu tenho certeza; não sei se o nobre Deputado Armando Queiroz estava neste avião, pois era meu companheiro de pescaria. Mas estava o seu companheiro, seu sócio, o Sr. Bruno Querigui, sentado na frente do aparelho, ao meu lado. E eu, ao decolar, numa pista pequena acostumado com a vegetação do Paraná, eu me enganei com o tamanho das perobas que havia na cabeceira da pista. E então, existia no porta-malas do avião, além de alguns peixes, um motor de popa. Mas tudo isto estava em minha cortia, como piloto; só não estava em minha conta, o tamanho exagerado da floresta. E então quando eu sobrevoei o avião ao tocar a sua buzina de estol, que é uma buzina que diz ao piloto que tome providências que o avião está caindo, meu companheiro ao lado, quando voávamos ao lado das perobas, comentava comigo em seu sotaque de alemão: "Seu Poli, um serraria aqui daria uma renda danada. Veja que perobas! "Só alguns minutos depois, quando consegui evitar o perigo é que pude dizer ao meu companheiro que naquele momento em que ele admirava a floresta estávamos correndo um grande risco. Não me enganara com a direção do vento nem com o tamanho da pista, mas havia me equivocado com o tamanho da floresta lá existente.

O Deputado Armando Queiroz, que tinha uma cadeira permanente em meu avião — porque é verdade que por muitos anos brigamos nesta Casa, mas por muitos anos convivemos em Campo Mourão — conhece a região a que me refiro.

Como vê, Deputado Antônio Lopes Júnior, esta tese que hoje S. Exa. o Ministro da Justiça, segundo os jornais, coloca em sua pasta de assuntos relevantes, merece nossa aprovação, nosso apoio e nossos aplausos.

Assim é que dirijo à Mesa um requerimento no sentido de aplaudirmos a iniciativa de S. Exa. o Ministro...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Realmente, é difícil saber o que mais louvar em seu pronunciamento, porque, a par da seriedade com que enfrentou o tema da re-divisão geopolítica brasileira, demonstrou invulgar qualidade de expositor, conseguindo até prender a atenção pela dramaticidade que imprimiu ao acontecimento aéreo. Mas, no presente aparte quero que fique patenteado que é com satisfação que ouvimos este pronunciamento para tratar de um tema da mais alta seriedade e conveniência. Ao mesmo tempo quero registrar minha satisfação em descobrir agora que V. Exa., apesar de ser um homem dado à navegação aérea, não perdeu o senso telúrico e, em razão disto, mostra-se preocupado com a necessidade imperiosa de se re-distribuir o Brasil em termos territoriais. Para concluir, quero dizer que pretendo retornar ao tema, mais especificamente com relação ao Paraná, porque, como disse o Deputado Antônio Lopes Júnior, há necessidade urgente de fazer a re-distribuição de competências, com vista à Divisão Político-Administrativa do Paraná.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado, agradeço imensamente o aparte de V. Exa. e não o esperava de outra forma. Em contra partida quero dizer que já sentia em V. Exa. o prenúncio de um grande parlamentar. Pelas duas ou três vezes que V. Exa. por aqui passou, deixou indelevelmente marcado que a preocupação principal de V. Exa. é a valorização desta Casa, a valorização deste Poder e V. Exa. o faz com muita seriedade. V. Exa. o faz de forma a que toda a Casa silencie para ouvir suas palavras. Então quero, desta Tribuna, deixar aqui registrado publicamente meu

respeito, o meu aplauso, o meu reconhecimento a V. Exa. que veio reforçar a tese que, veladamente, vimos defendendo há tanto tempo. V. Exa. é um valeroso soldado que só virá engrandecer este Poder.  
Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda à Hora do Expediente.  
Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste ao de Guaira, passando pelos Municípios de Assis Chateaubriand, Porto Palotina, Distrito de Encantado, Palotina, São Camilo e Terra Roxa do Oeste. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Guaraniçu e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com EMENDA SUBSTITUTIVA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206-70, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Ginasial em Sapopema e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 275-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N. 275-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

a) Dep. Wilson Fortes

### JUSTIFICATIVA:

Jardim Iguaçu é um dos bairros populosos da cidade de Paranavaí. Ali se concentra grande número de operários e classe média. A cidade de Paranavaí, por ser centro de região, apesar de seu grande número de estabelecimentos de grau médio, reivindica cada dia mais unidades escolares, pois tendo em vista a grande afluência dos homens do interior para a cidade, a população vem crescendo a cada dia.

Ao propormos o presente plano de Lei, visamos atender dois motivos principais: primeiro atender a demanda de mais unidades de ensino médio e a 2.a criar o ginásio neste Jardim a fim de proporcionar oportunidade aos menos favorecidos, para que eles tenham igualmente maiores oportunidades no futuro.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 275-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: Cria o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavaí.

### PARECER

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

## ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"E da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílios ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

## ANALISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da Lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender dos recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho de ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva e que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

## ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data venia aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Educação que diz:

"Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Cândido Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho

Emílio Carrazai

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 275-70

Meramente autorizatório, o presente projeto de lei, não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance, quanto ao mérito, somos pela aprovação da presente proposição.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 275-70.

1) — A medida consubstanciada no projeto de lei sob exame, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, se nos afigura oportuna e necessária face às considerações expendidas em sua justificativa.

2) — Sobre o projeto já se manifestaram favoravelmente as douts comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3) — Quanto ao mérito, que nos compete examinar, está a proposição a merecer acolhida nesta Comissão, pela importância e necessidade da medida preconizada. O nosso parecer, portanto, é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Aryzone Araújo — Relator

Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco membros destinada a estudar a opinião sobre a matéria contida na Mensagem Governamental n.º 2-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Resolução n.º 3-72 e de Lei n.º 13-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações para os srs. Diretores que compõem a atual Diretoria da Copel, de vez que se concretizou a tão almejada extensão de energia elétrica ao Município de Bituruna. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Ministro da Justiça, por ter sua Exa. recolhido o problema de Redivisão Territorial do País. — Em discussão.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUE JUNIOR — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão, para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao sr. Secretário de Estado dos Negócios do Governo. —

APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira à Hora Regimental, com a

# ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 206-70;

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 275-70;

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 221-70; 318-70; 272. e do Projeto de Resolução n. 3-72.

Esta Presidência lembra aos srs. Deputados que fica marcada a Ordem do Dia para a sessão de sexta-feira dia 12, que é a seguinte

Redação Final — dos Projetos de Lei n.s: 176-71; 180-71; 181-71; 188-71; 191-71; 278-71 e dos Projetos de Resolução n.os 2-71, 12-71, 13-71. Levanta-se a sessão.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### 7.a LEGISLATIVA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 3.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas, após o termino da Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz e presentes os Senhores Deputados Emilio Carazzai, Santos Lima, Cândido Manoel Martins, Paulo Camargo, Luiz Roberto Soares, Ovidio Franzoni e Maurício Fruct. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. O Senhor Deputado Emilio Carazzai requer seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Deferido. Nada havendo para constar da hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 1-72, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professor Brandão, desta Capital. Relator Deputado Erondy Silvério. Requer seja convertido em diligência junto à entidade a fim de solicitar documentação restante exigida por Lei. Deferido. 2) — PROJETO DE LEI N. 4-72, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Cria no Município de Marechal Cândido Rondon, o Distrito Judiciário de Entre Rios, com sede na localidade do mesmo nome e divisa: que especifica. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: contrário. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 5-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 1-72, encaminhando anteprojeto de Lei que concede abono provisório de doze por cento sobre os vencimentos básicos, aos funcionários Civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas do Estado, e aos integrantes da P.M.E. Mensagem n. 15-72, anexada ao Projeto. Inclui majoração de doze por cento aos funcionários do Tribunal de, digo do Ministério Público. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 6-72, de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont. Declara de utilidade pública a Fundação de Educação e Cultura Espirita do Paraná, com sede nesta Capital. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 13-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 2-72, encaminhando anteprojeto de Lei complementar que institui o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, vinculado à Secretaria da Fazenda e destinado ao julgamento em instância, administrativa de questões tributárias. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 15-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 4-72, dispondo sobre a participação do Estado junto ao Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos, com o Município de Curitiba e outros, da Constituição de uma Sociedade de Economia Mista, com finalidade de explorar centrais de abastecimentos como especifica. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: Favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 30-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 5-72, encaminhando anteprojetos de Lei que visam, o 1.o destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Paraná, e a retificação do convênio celebrado em 23.3.72, entre o Estado e o BNH, e o 2.o, solicita autorização de fiança a empréstimos a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável com o desdobramento do processo pelo órgão administrativo competente. Em discussão. O Deputado Paulo Camargo solicita que o Projeto de Lei seja devolvido ao Poder Executivo para que este faça o desdobramento do mesmo, só depois então que receberá apreciação nesta Comissão. Em votação. O Deputado Santos Lima vota a favor do Relator tendo em vista haver mera irregularidade e não nulidade. Corrige-se o erro com o desdobramento feito nesta Casa. Votam pela devolução do Projeto ao Poder Executivo os Senhores Deputados Luiz Roberto Soares, Paulo Camargo, Cândido Manoel M. de Oliveira e Emilio Carazzai. Aprovado o requerimento do Deputado Paulo Camargo que o Projeto seja devolvido ao Poder Executivo, para o devido ordenamento. 8) — PROJETO DE LEI N. 110-71, de autoria do Senhor Deputado Aryzone Araújo. Autoriza o Poder Executivo isentar de impostos e taxas as Entidades Assistenciais do Estado, que prestem, efetivamente, assistência social em todas as formas. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 157-71 de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome e jurisdição que especifica. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N. 164-71, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal, na sede do Município de Mamborê. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. 178-71, de autoria do Senhor Deputado

Sebastião Rodrigues Júnior. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada com 26 km que liga a cidade de Dois Vizinhos à Usina Foz do Chopim, e dá outras providências. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N. 201-71, de autoria do Senhor Deputado Xeonofonte Villanueva. Declara de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia. — Relator Deputado Emilio Carazzai. — Parecer: favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N. 202-71, de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Distrito de Tamara-na, Município de Londrina, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manoel. Solicita seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. 14) — PROJETO DE LEI N. 263-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo proceder através do DER, retificação do trecho de Estrada que liga Tunas ao Cerro Azul. Relator Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N. 270-71, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Denomina Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, o atual Ginásio Estadual de Guairaça. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N. 271-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar um Curso Ginásial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Melo. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: contrário. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N. 273-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo construir, através da SVOP, um prédio para o Ginásio Estadual da sede do Município de Itaguapé. Relator Deputado Santos Lima. Parecer favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N. 274-71 de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes. Declara de utilidade pública o Instituto Paranaense de Administração de Pessoal, com sede nesta Capital. Relator Paulo Camargo. Requer o que o mesmo seja convertido em diligência junto a Entidade interessada. Deferido. 19) — PROJETO DE LEI N. 275-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio na sede do Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. Aprovado. 20) PROJETO DE LEI N. 276-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Zelía, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N. 281-71, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Autoriza o Poder Executivo criar uma circunscrição de trânsito, na sede do Município de Jandaia do Sul, cuja jurisdição abrangerá os Municípios de Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Marumbi, Kairós; Cambira; Borrazópolis e São João do Ivaí. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer que seja convertido em diligência junto ao DETRAN para que se pronuncie a respeito. Deferido. 22) — PROJETO DE LEI N. 282-71, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruct. Autoriza o Poder Executivo denominar Acyr Hafez José, um dos Grupos Escolares desta Capital. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N. 290-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Astorga, a motoniveladora que especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 24) — PROJETO DE LEI N. 291-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 43-71, encaminhando anteprojeto de lei que altera a redação de diversos dispositivos da Lei 2.375, de 22.3.55, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 25) — PROJETO DE LEI N. 160-70, de autoria do Senhor Deputado Roberto Wypych. Declara de interesse turístico os municípios que especifica. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 26) — PROJETO DE LEI N. 302-70, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 43-70, encaminhando anteprojeto de lei que visa criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sob regime de Fundação, na cidade de Irati, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer: no sentido de que seja enviada ao Poder Executivo para a devida Sanção, em virtude de haver fluído o prazo constitucional e a matéria já estar aprovada. Aprovado o parecer. 27) — PROJETO DE LEI N. 302-67, de autoria do Senhor Deputado Eurico Rosas. Fazendo incidir sobre o gado, o imposto de circulação de mercadorias, somente quando de seu abate ou saída para fora do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer contrário. Aprovado. 28) — PROPOSIÇÃO N.º 103-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 46-71, encaminhando cópia autêntica de convênio entre o IBC, representado pelo CERCA, e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável com o respectivo projeto de Resolução. Aprovado. 29) — PROPOSIÇÃO N.º 104-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 47-71, encaminhando cópia do convênio de ajuda financeira entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e a Prefeitura Municipal de Piraquara. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 30) — PROPOSIÇÃO N.º 105-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 48-71, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado entre o INCRA e o DAEE, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural no Estado. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável com o respectivo projeto de Resolução. Aprovado. O Deputado Cândido Manoel solicita a palavra para requerer a esta Presidência que o Projeto de Lei n. 255-71, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, seja redistribuído, tendo em vista estar de posse de documentação do Ministério da Justiça de Brasília, que dá pronunciamento favorável para caso idêntico, faz esta solicitação tendo em consideração que foi ele que requereu diligência do referido Projeto de Lei. Deferido o requerimento, o Projeto de Lei será novamente distribuído para novo exame. O Senhor Deputado Luiz Roberto Soares requer que esta Comissão providencie que os Projetos de Resolução oriundos de convênio sejam efetuados através de decretos governamentais. O Senhor Presidente esclarece que estas proposições, embora autorizatórias, requer sejam examinadas por esta Casa, nesta forma de apreciação. Solicita ao Deputado Luiz Roberto Soares que ele faça este pronunciamento em forma de requerimento dirigido ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovado será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Secretária.

a) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente

(As. Ilegível) — Secretária